

CARTA DE CAMPO GRANDE

Poder, política e democracia: desafios para a Pós-Graduação em Educação

XVI Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ANPED – Região Centro-Oeste

Escrever é um ato político, de resistência, denúncias e anúncios. Neste sentido, o Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação (FORPREd) da região Centro-Oeste, reunidos na XVI Reunião Regional da ANPED, realizada em Campo Grande entre os dias 4 e 7 de outubro de 2022, reafirma a defesa da democracia, colocada em risco pelas tendências políticas autoritárias que vêm se constituindo no país nos últimos anos. O desmonte da educação pública, da universidade pública, em específico, afeta não apenas os cursos de graduação, licenciaturas e bacharelados, mas também a pós-graduação *stricto sensu* e a estrutura de pesquisa do país. A formação inicial e a continuada de professores para a educação básica e superior estão sob ataque feroz, produzindo uma ordem discursiva de desvalorização da Ciência cada vez mais intensa, impactando na procura pelos programas de mestrado e doutorado. Nesta perspectiva, apresentamos considerações sobre as políticas de pós-graduação e especificidades dos Programas de Pós-Graduação em Educação do Centro-Oeste:

1. Os Programas de Pós-Graduação da região Centro-Oeste se unem em defesa de uma educação contrária aos poderes opressores que constantemente ameaçam a democracia. Desse modo, para o fortalecimento da democracia, essa região necessita de políticas socialmente referenciadas e voltadas para o **enfrentamento de questões étnico-raciais, de gênero, ambientais e políticas, a fim de sanar suas agudas assimetrias regionais.**

2. Com a finalidade de reafirmar o trabalho da pós-graduação como *locus* da formação do pesquisador e da produção do conhecimento científico, reforçamos o nosso compromisso com o **aprimoramento do processo avaliativo** e apresentamos algumas considerações. Um dos efeitos colaterais deste sistema é a competitividade entre programas e docentes, induzindo a uma sobrevalorização do ranqueamento. O processo de avaliação executado pela CAPES, no transcurso do último quadriênio, apresentou deficiências, sobretudo no seu cronograma e na delimitação dos critérios de pontuação. A judicialização da avaliação quadrienal agravou a situação. Consideramos que esse quadro poderia ter sido evitado se a CAPES fosse mais receptiva às proposições apontadas pelos Programas de Pós-Graduação. Dentre as fragilidades do processo avaliativo destacamos: (i) a morosidade na definição do novo QUALIS; (ii) a desvalorização de livros publicados em editoras universitárias; (iii) a ausência de

objetividade no conceito de internacionalização, no âmbito das atividades da Pós-Graduação; (iv) o impacto negativo da defasagem e dos cortes das bolsas para mestrandos e doutorandos.

3. Existem particularidades demográficas, culturais e socioeconômicas no Centro-Oeste que demandam um atendimento diferenciado. Por isso, defendemos que a CAPES promova ações especificamente voltadas para o **fortalecimento da Pós-Graduação na região Centro-Oeste**, atendendo à disposição Constitucional de enfrentamento das disparidades regionais.

4. Ao vincular a **concessão de bolsas aos estudantes** à avaliação dos programas, o Sistema Nacional de Pós-Graduação reproduz as desigualdades entre os programas, sobretudo as desigualdades regionais. O sistema nacional de avaliação da qualidade da pós-graduação não deve ser o principal instrumento regulatório para a distribuição de bolsas. Ele também deve considerar o estabelecimento de mecanismos que promovam a democracia do sistema e a descentralização de oferta da pós-graduação por meio de uma expansão que ocupe os distintos territórios.

5. Na Universidade, em particular nos cursos que constituem a Pós-Graduação, prevalecem as marcas do modelo patriarcal, heterossexual, branco, cristão e eurocêntrico, que descredibiliza e subalterniza outras formas de conhecimento. Neste sentido, faz-se necessário o **fortalecimento de ações afirmativas** que garantam o acesso e a permanência dos diferentes sujeitos que compõem a sociedade brasileira. Consideramos que as ações afirmativas são um importante caminho e que os desafios devem ser compreendidos como parte do processo de transformação da instituição universitária e da democratização da sociedade brasileira. Estas ações devem ter como objetivo proporcionar a igualdade de oportunidades induzindo transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica ao coibir todo tipo de discriminação estrutural e ir além da adoção de reserva de vaga para estudantes. Uma Pós-Graduação em uma perspectiva plural pode trazer ao centro conhecimentos historicamente marginalizados. Assim, potencializa-se a construção de um mundo, onde outros mundos sejam possíveis.

6. A pós-graduação amplia e eleva a qualidade do ensino superior, por meio da atualização e da produção de conhecimentos promovidos pela pesquisa. Portanto, a pesquisa não deve se restringir aos cursos de pós-graduação. O Plano Nacional de Pós-Graduação deve se ocupar e se comprometer explicitamente com as **políticas de graduação**, no sentido do alinhamento a um projeto formativo democrático, popular e emancipatório, destacando a importância do financiamento à educação básica pública e à formação docente.

7. A atual política de **internacionalização** da CAPES não contempla as particularidades da região Centro-Oeste. Faz-se urgente a criação de uma Rede de Pesquisa Internacional a fim de promover e fortalecer a cooperação interinstitucional entre PPGEs do Centro-Oeste com instituições internacionais por meio de projetos de pesquisa em rede com previsão de ações de mobilidade discente e docente, publicação, oferta de disciplinas, extensão, entre outros. É preciso que a CAPES e o CNPq promovam editais voltados à região Centro-Oeste que possam apoiar tais redes e os programas em processo de internacionalização, principalmente quando se trata de universidades novas ou programas em processo de consolidação. É importante também que a CAPES se posicione a respeito das atividades de internacionalização realizadas em ambiente virtual.

8. O **egresso** dos PPGEs no Centro-Oeste, em sua maioria, são professores das redes de ensino básico, os quais encontram na pós-graduação um espaço formativo que irá impactar no seu desenvolvimento profissional nas escolas dessa região. A continuidade de suas atividades de estudo e pesquisa vincula-se, prioritariamente, à educação básica, e nem sempre resultam em produtos publicados. Estes egressos produzem práticas de impacto social que precisam ser consideradas pela avaliação da CAPES, para além das publicações.

9. A precarização dos investimentos e os cortes orçamentários promovidos pelos governos nas esferas Federal e estaduais na Educação e na Ciência têm provocado dificuldades estruturais nas universidades públicas e impactam no trabalho da comunidade acadêmica. Tudo isso, somado aos efeitos da pandemia de Covid-19, acarreta o **adocimento de discentes e docentes**. É preciso que a CAPES esteja atenta às consequências desse aspecto para a existência dos PPGEs ao longo do quadriênio avaliativo em curso e que essas condições sejam consideradas no momento da avaliação.

São estas as considerações e proposições dos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Educação do Centro-Oeste que, nesta Carta direcionada à CAPES, à ANPEd e a todos os segmentos sociais envolvidos com a Educação e a Ciência, apresentam suas contribuições para o fortalecimento da democracia, bem como para a ampliação, consolidação e avaliação socialmente referenciada da Pós-Graduação em Educação.

Carta aprovada na XVI Reunião Regional da ANPEd

Campo Grande, 06 de outubro de 2022.